

# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Concurso Público para provimento de cargo efetivo de  
**Inspetor de Controle Externo**

Caderno de Prova, Cargo E05, Tipo 001  
000000000000000000  
00001-001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

<b>P R O V A</b>
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos Conhecimentos Especializados

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões numeradas de 1 a 100.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, entregue este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Português**

**Atenção:** As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

**A curiosidade das crianças**

O escritor tcheco Milan Kundera, em seu mais famoso romance, “A Insustentável Leveza do Ser”, presta uma homenagem à curiosidade das crianças: “De fato, as únicas questões realmente sérias são aquelas que até uma criança pode formular. Elas são as questões sem resposta. Uma questão sem resposta é uma barreira intransponível. Em outras palavras, são as questões sem resposta que definem as limitações das possibilidades humanas, as que descrevem as fronteiras da existência humana”.

Que adulto nunca se deparou com uma criança fuzilando perguntas, “Por que isso? Mas por que aquilo?” Pena que tantos adultos tenham esquecido que, quando eram crianças, também perguntaram, aflitos, sobre os mistérios do mundo, da vida e da morte, e façam tão pouco esforço para responder às perguntas dos filhos, sobrinhos ou netos: “Pai, por que o céu é azul? O que acontece de dia com as estrelas? O que faz elas brilharem? Será que existe vida em outros planetas? Como a vida surgiu aqui? O que aconteceu com a vovó, depois que ela morreu? Quando você vai morrer?” “Ah, sei lá, filho! Pára de ficar fazendo perguntas. Vai jogar bola, vai!”

Esta semana dei uma palestra na escola de meu filho de 13 anos. Na realidade, não consegui dar a palestra. Um dia antes, o professor sugeriu que cada um dos alunos me desse uma pergunta por escrito, algo que quisessem saber sobre astronomia ou física. Resultado: recebi cem perguntas, todas relevantes, sobre assuntos de ponta em astrofísica.

Foi uma das melhores experiências da minha carreira como professor. Primeiro, pelo privilégio de poder falar para 50 crianças e jovens, com idades entre 10 e 14 anos. Segundo, pelo entusiasmo contagiante que emanava deles. Era possível sentir a eletricidade no ar, o interesse pelos assuntos, a curiosidade enorme de entender os mistérios do Universo, a tentativa de dar sentido à vida, de pô-la em contexto dentro da visão do mundo científico.

Como disse o físico I. I. Rabi, os cientistas são os “Peter Pans” da sociedade: querem permanecer crianças, curiosos, perguntando-se sobre os mistérios do mundo. De minha parte, decidi que, a cada vez que sentir a chama falhar, visitarei uma escola e conversarei com as crianças.

(Marcelo Gleiser, **Folha de S. Paulo**, 04/02/07.)

1. De acordo com o trecho de Milan Kundera citado no primeiro parágrafo do texto, as perguntas das crianças
  - (A) são irresponsáveis porque não se prendem às preocupações dos adultos.
  - (B) têm a irrelevância dos enigmas que não admitem possibilidade de solução.
  - (C) constituem o limiar das soluções a que custosamente chegaram os adultos.
  - (D) são reveladoras dos impasses fundamentais do conhecimento humano.
  - (E) têm a relevância da ingenuidade capaz de elaborar soluções simples.

2. Atente para as seguintes afirmações:
  - I. O autor do texto sugere que as perguntas que fazemos quando crianças costumam ser retóricas, pois desde então sabemos que não têm resposta possível.
  - II. A curiosidade infantil é análoga à do cientista, razão pela qual o autor se sente estimulado pelas perguntas que lhe fazem os jovens estudantes.
  - III. Em sua experiência como convidado de uma escola, o autor percebeu que as preocupações de seus jovens interlocutores extrapolavam as dos cientistas.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

  - (A) I.
  - (B) II.
  - (C) III.
  - (D) I e II.
  - (E) II e III.

3. A razão pela qual o autor afirma que, na realidade, não conseguiu dar a palestra, explica-se pela
  - (A) forma de condução de sua participação no evento.
  - (B) iniciativa das crianças, que assumiram todas as falas.
  - (C) dificuldade de responder às questões levantadas.
  - (D) informalidade da situação e pela limitação dos temas.
  - (E) resistência que encontrou para suas explicações.

4. A expressão *a cada vez que sentir a chama falhar* (último parágrafo) tem, no contexto, sentido equivalente ao de
  - (A) tão logo sucumba à facilidade das respostas.
  - (B) conquanto me sinta estimulado a responder.
  - (C) sempre que esmorecer o interesse de questionar.
  - (D) uma vez que não esteja convicto das respostas.
  - (E) nos momentos em que me disponha a interrogar.

<p>5. <i>Que adulto nunca <u>se deparou</u> com uma criança <u>fuzilando</u> perguntas?</i></p> <p>Não haverá necessidade de qualquer alteração formal na frase acima caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por</p> <p>(A) enfrentou - disparando          (B) se confrontou - insistindo          (C) se pôs diante - reiterando          (D) confrontou - metralhando          (E) se houve - descarregando</p>	<p>9. No contexto da frase <i>Como disse o físico I. I. Rabi, os cientistas são os “Peter Pans” da sociedade: querem permanecer crianças (...)</i>, os dois pontos assumem um sentido equivalente ao de uma expressão como</p> <p>(A) ainda assim.          (B) em que pese.          (C) conquanto.          (D) ao passo que.          (E) porquanto.</p>
<p>6. Quanto à concordância verbal, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Entre as questões essenciais, que a todo cientista deve importar, estão as que se prendem à origem e ao destino do ser humano.          (B) Não houvesse outras razões, bastaria a propriedade das perguntas que lhe dirigiu o público para fazê-lo sentir-se um professor privilegiado.          (C) Só é dado alimentarem a curiosidade e a insatisfação ao cientista que não abdica de fazer as perguntas fundamentais.          (D) Diante do interesse que representavam cada uma das perguntas que lhe cabiam responder, o professor sentiu-se um privilegiado.          (E) O autor considerou um privilégio o fato de o interrogarem, com perguntas tão instigantes, aquele público curioso que encontrou na escola.</p>	<p>10. Está clara, correta e coerente a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) O fato de uma criança se dispuser a fazer tantas perguntas é indicativo da típica impaciência dos adultos que se esquivam das respostas.          (B) Ao mesmo tempo em que foi fascinante a experiência na escola do autor, o mesmo se daria com as crianças que não hesitaram ao lhe perguntar.          (C) O autor pôde sentir-se entre as crianças impregnado de sua energia, ao constatar que todas se manifestavam em real interesse pelo assunto.          (D) Os adultos jamais deveriam esquecer-se de que uma criança alimenta a mesma curiosidade de que também eles eram tomados antigamente.          (E) Os cientistas não dependem de haver uma resposta imediata para as perguntas em cujas se define o limite de seu próprio desconhecimento.</p>
<p>7. <i>Pena que tantos adultos tenham esquecido que, quando eram crianças, também perguntaram, aflitos, sobre os mistérios do mundo, da vida e da morte, e façam tão pouco esforço para responder às perguntas dos filhos, sobrinhos ou netos.</i></p> <p>O trecho acima passará a apresentar uma <b>incorreção</b> caso se substitua, sem outras providências,</p> <p>(A) <i>tenham esquecido</i> por <b>hajam se esquecido de</b>.          (B) <i>e façam tão pouco esforço</i> por <b>e despendam um esforço tão pequeno</b>.          (C) <i>quando eram crianças</i> por <b>à medida em que eram crianças</b>.          (D) <i>perguntaram</i> por <b>especularam</b>.          (E) <i>Pena que</i> por <b>É de se lamentar o fato de que</b>.</p>	<p>11. Todos os verbos estão corretamente empregados e flexionados na frase:</p> <p>(A) Se eu voltar à mesma escola e os alunos proporem as mesmas perguntas, os debates não deixarão de ter o mesmo calor da primeira vez.          (B) Se o autor do texto não retesse o mesmo entusiasmo de menino pelas perguntas, não haveria todo aquele magnetismo durante o colóquio.          (C) Ao autor aprouve suspender a palestra convencional e deter-se nas perguntas fundamentais que as crianças lhe propuseram.          (D) Imergia das questões formuladas aquela vitalidade própria das crianças que não se resignam à passividade diante dos mistérios do mundo.          (E) Seria interessante que os cientistas convissem em que é fundamental não perder o contato com a curiosidade que se constitui ainda na infância.</p>
<p>8. Exerce a função de <b>sujeito</b> a oração sublinhada no período:</p> <p>(A) Era possível <u>sentir a eletricidade no ar</u>.          (B) O escritor Milan Kundera escreveu um romance <u>em que presta uma homenagem à curiosidade das crianças</u>.          (C) Na realidade, não consegui <u>dar a palestra</u>.          (D) São as questões sem resposta <u>que definem as limitações humanas</u>.          (E) Houve a sugestão <u>de que cada um me desse uma pergunta por escrito</u>.</p>	<p>12. <i>De minha parte, decidi que a cada vez que sentir a chama falhar, visitarei uma escola e conversarei com as crianças.</i></p> <p>Uma nova, correta e coerente redação da frase acima poderia ser a seguinte:</p> <p>(A) Por mim, concluí de que quando a chama falhar, farei uma visita na escola e conversarei com as crianças.          (B) No que me diz a respeito, resolvi que, se a chama falhar, fazer uma visita à escola para conversar com as crianças.          (C) Por meu turno, propus-me a cada vez que sentir a chama falhar de fazer uma visita, onde conversarei com as crianças.          (D) De meu lado, fiquei convicto que, se a chama falhar, de ir visitar a escola e conversar com as crianças.          (E) Quanto a mim, tomei a decisão de, a cada vez que a chama falhar, fazer uma visita à escola e conversar com as crianças.</p>

13. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **singular** para preencher de modo correto a lacuna da frase:
- (A) Jamais ..... (satisfazer) as crianças aquele tipo de resposta convencional às perguntas essenciais que elas formulam.
  - (B) Como ..... (poder) ocorrer ao professor respostas exatas para um questionário irrespondível?
  - (C) Não ..... (dever) envergonhar a ninguém as lacunas do conhecimento humano sobre os mistérios do universo.
  - (D) A aflição a que ..... (levar) um cientista tais perguntas é a mesma que perturba as crianças.
  - (E) Quanto às questões que a mais ninguém ..... (conseguir) incomodar, ou já encontraram resposta ou não eram essenciais.

14. O equívoco quanto ao sentido exato de uma palavra ou expressão torna necessário **corrigir** seu emprego na seguinte frase:
- (A) Inteirado das questões que recebera, optou o professor pela forma do diálogo, abdicando da formalidade de uma palestra.
  - (B) Durante a palestra, o professor ficou feliz ao ver que o seu fascínio pelo assunto ia de encontro à legítima curiosidade dos alunos.
  - (C) Não é dada a todos os professores a faculdade de afinar seu interesse real pelo que seus alunos também mantêm vivo.
  - (D) As perguntas essenciais são como aquelas leis que jamais prescrevem: estão em todas as culturas e em todos os tempos.
  - (E) Quem não se provê de boas perguntas jamais chega a respostas de fato satisfatórias.

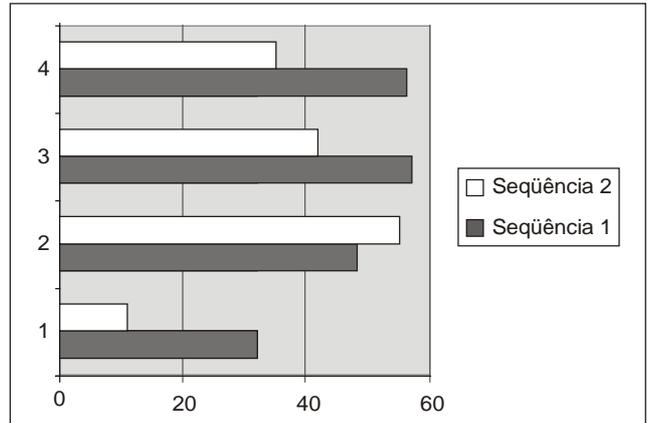
15. As estrelas brilham no céu, e quem fica a observar as estrelas, sentindo a magia das estrelas, considera as estrelas signos de um grande mistério.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:
- (A) lhes observar - sentindo a magia delas - considera-as.
  - (B) as observar - sentindo sua magia - lhes considera.
  - (C) observá-las - sentindo-as a magia - as considera.
  - (D) observá-las - sentindo-lhes a magia - considera-as.
  - (E) lhes observar - sentindo-lhes a magia - considera-lhes.

**Informática**

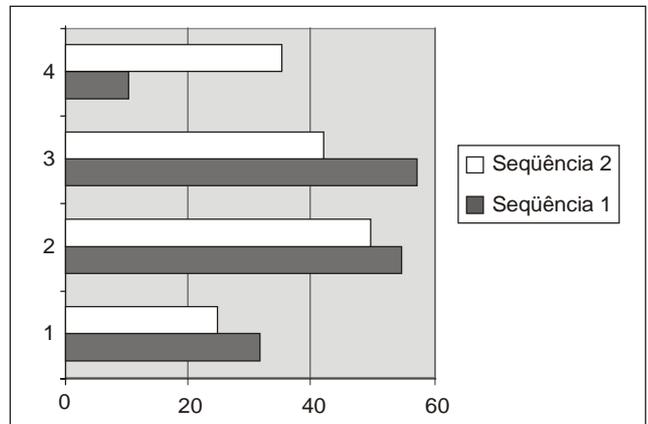
16. O Tribunal solicitou a formatação de um texto escrito em MS-Word 2000. Considerando que no texto formatado existem espaços entre linhas definidos como duplos, espaçamentos entre caracteres expandidos por dois pontos, posições em formato elevado por dez pontos e outras em rebaixado por 25 pontos, é correto que foram usadas apenas as funções de formatação de
- (A) parágrafo e fonte.
  - (B) parágrafo e fonte e de inserção de linhas.
  - (C) parágrafo.
  - (D) parágrafo e fonte e de exibição em estrutura de tópicos.
  - (E) fonte.

17. Considere, a seguir, as duas linhas e as quatro colunas de uma planilha MS-Excel 2000 e o gráfico padrão original elaborado automaticamente a partir do conteúdo dessas células:

	A	B	C	D
1	32	48	57	56
2	11	55	42	35



Sabe-se que um novo gráfico padrão original, a seguir, foi gerado automaticamente a partir de uma modificação no conteúdo das células da planilha:



É correto afirmar que foram feitas modificações

- (A) nas células A1, A2, C1 e D2, apenas.
- (B) nas células A2, B1, B2 e D1, apenas.
- (C) nas células C1 e C2, apenas.
- (D) nas células A2, B2 e D2, apenas.
- (E) em todas as células.

18. No Outlook Express 6 é possível definir o servidor de emails acessando, primeiramente, o menu Ferramentas e, após, trilhando o seguinte caminho:
- (A) Servidores, Email, Propriedades e Contas.
  - (B) Propriedades, Email, Contas e Servidores.
  - (C) Contas, Email, Propriedades e Servidores.
  - (D) Email, Contas, Servidores e Propriedades.
  - (E) Contas, Propriedades, Email e Servidores.

**Instruções:** Para responder às questões de números 19 e 20, considere o seguinte enunciado:

A política de informática e de uso de *sites* do Tribunal recomenda que:

§1º – As mensagens encaminhadas pela intranet não revelem seus destinatários.

§2º – As respostas às dúvidas gerais deverão ser, dentro do possível, pesquisadas em enciclopédias na internet, antes de outras ações.

§3º – Os resultados das pesquisas feitas, conforme §2º que sempre usam aplicativos acessados por meio do Internet Explorer (IE), quando forem impressos, deverão contemplar a correta formatação de página para que os textos não sejam truncados.

§4º – Havendo condições, a troca de mensagens com diálogo instantâneo terá precedência sobre a dos demais tipos.

§5º – A transferência de arquivos via internet deverá ser feita mediante uso de serviço de protocolo específico a essa finalidade, com proteção de acesso direcionada a usuário autorizado.

§6º – As apresentações de trabalhos para as autoridades deverão ser projetadas usando aplicativos específicos de audiovisual para projeção de filmes sonoros.

§7º – A versão dos aplicativos e ferramentas usados deverá ser a mais atual possível como, por exemplo, Internet Explorer, versão 6 em diante, e Outlook Express, versão 6 em diante, e sempre em sua configuração original.

19. Para atender ao especificado no §3º é necessário, estando no IE, acessar o menu
- (A) Ferramentas e depois a opção Gerenciar Complementos.
  - (B) Arquivo e depois a opção Gerenciar Complementos.
  - (C) Arquivo e depois a opção Configurar Impressão.
  - (D) Ferramentas e depois a opção Configurar Impressão.
  - (E) Arquivo e depois a opção Configurar Página.

20. É correto que
- (A) para atender às melhores práticas de segurança, um *backup* deve ser feito exclusivamente da seguinte forma: arquivos não modificados são sempre direcionados a periféricos externos do tipo CD ou disquete e os modificados devem ser sempre guardados em pastas específicas no *hard disk*.
  - (B) um *backup* é um dispositivo de gravação de cópias de segurança, normalmente conectado a uma porta paralela do computador.
  - (C) em um *hard disk*, não considerado um periférico, podem ser gravados arquivos dentro de pastas, mas não pastas dentro de pastas.
  - (D) um *pen drive* é um periférico onde podem ser gravadas pastas dentro de pastas ou arquivos dentro de pastas que podem ser classificados por nome, tipo e data de modificação.
  - (E) Uma porta serial universal não pode ser usada para conectar periféricos nos quais seriam gravadas cópias de arquivos.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Direito Constitucional**

21. Dentre as garantias constitucionais do direito de propriedade, prevê-se que
- (A) a pequena propriedade rural, definida em lei e desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora, salvo para assegurar pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
  - (B) a desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social será efetuada mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.
  - (C) aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, não transmissível aos herdeiros, por seu caráter personalíssimo.
  - (D) a propriedade particular poderá ser objeto de uso pela autoridade competente, em caso de iminente perigo público, assegurada indenização posterior, independentemente da ocorrência de dano.
  - (E) a sucessão de bens de estrangeiros situados no país será sempre regulada pela lei brasileira, independentemente do que estabelecer a lei pessoal do *de cuius*.
22. A Constituição da República considera crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei,
- (A) qualquer discriminação atentatória das liberdades fundamentais.
  - (B) o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
  - (C) a prática do racismo.
  - (D) o crime definido como hediondo.
  - (E) a prática de tortura.
23. A responsabilização do Presidente da República pelo cometimento de crimes de responsabilidade
- (A) importará na suspensão do Presidente do exercício de suas funções, por até 180 dias, contados do recebimento da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (B) somente é cabível no caso de ato atentatório à existência da União ou ao livre exercício dos Poderes constitucionais federais.
  - (C) sujeitará o Presidente da República à prisão, inclusive em flagrante delito, se configurada prática de infração penal comum.
  - (D) dependerá de admissão da acusação por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados e julgamento pelo Senado Federal.
  - (E) será submetida a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, em decorrência da prerrogativa de foro inerente ao exercício de suas funções.

<p>24. A Constituição veda expressamente, em matéria orçamentária, a</p> <p>(A) vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvada, entre outros, a destinação de recursos para ações e serviços públicos de saúde.</p> <p>(B) realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, incluídas quaisquer operações autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais.</p> <p>(C) transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, salvo por antecipação de receita, pelo Governo Federal, para pagamento de despesas com pessoal ativo dos Estados e Municípios.</p> <p>(D) transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, salvo se com prévia autorização legislativa ou ratificação posterior.</p> <p>(E) concessão ou a utilização de créditos ilimitados, sem prévia autorização legislativa.</p>	<p>27. Considere as seguintes afirmações sobre a disciplina constitucional da previdência e da assistência social:</p> <p>I. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.</p> <p>II. Nenhum benefício da previdência social que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.</p> <p>III. Assim como a previdência, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.</p> <p>IV. A assistência social tem, dentre seus objetivos, a garantia de um salário mínimo de benefício bimestral à pessoa portadora de deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>25. A respeito da composição das Casas que integram o Congresso Nacional, a Constituição da República estabelece que</p> <p>(A) cada Deputado Federal será eleito com dois suplentes.</p> <p>(B) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, Territórios e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.</p> <p>(C) nenhuma das unidades da Federação terá menos de dez ou mais de setenta Deputados Federais.</p> <p>(D) cada Território elegerá quatro Deputados Federais e três Senadores.</p> <p>(E) a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, em cada Estado, Território e no Distrito Federal.</p>	<p>28. A decretação da intervenção da União em Estado-membro por recusa à execução de lei federal dependerá de</p> <p>(A) apreciação pelo Congresso Nacional e de nomeação de interventor.</p> <p>(B) solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido.</p> <p>(C) requisição do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(D) provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.</p> <p>(E) requisição do Tribunal de Justiça da respectiva unidade da Federação.</p>
<p>26. NÃO será objeto de deliberação pelas Casas do Congresso Nacional a proposta de emenda à Constituição tendente a abolir</p> <p>(A) o voto direto, secreto, universal e obrigatório.</p> <p>(B) a prestação de contas da administração pública, direta e indireta.</p> <p>(C) a aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais na manutenção e desenvolvimento do ensino.</p> <p>(D) a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial.</p> <p>(E) a forma federativa de Estado.</p>	<p>29. Nos termos da Constituição da República, compete aos Estados-membros da Federação</p> <p>(A) organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.</p> <p>(B) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei.</p> <p>(C) permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem por seu território ou nele permaneçam temporariamente.</p> <p>(D) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação federal pertinente.</p> <p>(E) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo.</p>

<p>30. A Constituição da República contempla, como garantia da liberdade de pensamento, a escusa ou objeção de consciência, pela qual</p> <p>(A) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.</p> <p>(B) é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.</p> <p>(C) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.</p> <p>(D) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.</p> <p>(E) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.</p>	<p>33. Segundo a Lei nº 8.987/95, na concessão de serviço público</p> <p>(A) há a delegação da titularidade de determinado serviço público a pessoa jurídica ou a consórcio de empresas.</p> <p>(B) exige-se prévia licitação, na modalidade tomada de preços, sendo vedada qualquer preferência em razão da nacionalidade dos licitantes.</p> <p>(C) é necessário que este se constitua em empresa antes de celebrar o contrato de concessão, em sendo o licitante vencedor um consórcio.</p> <p>(D) os respectivos contratos poderão prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, como a arbitragem.</p> <p>(E) a encampação dispensa lei autorizativa específica, mas exige prévio pagamento da indenização à concessionária.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Direito Administrativo</b></p> <p>31. A impugnação do instrumento convocatório da licitação por qualquer cidadão deve ocorrer até</p> <p>(A) 2 dias antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, sob pena de preclusão administrativa.</p> <p>(B) 2 dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, sob pena de decadência administrativa.</p> <p>(C) 3 dias antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, sob pena de prescrição administrativa.</p> <p>(D) 5 dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, sob pena de prescrição administrativa.</p> <p>(E) 5 dias antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, sob pena de decadência administrativa.</p>	<p>34. Sobre os consórcios públicos, é correto afirmar que</p> <p>(A) são os acordos firmados entre pessoas jurídicas políticas ou entre pessoa jurídica política e entidade privada, com vistas ao fomento de atividade privada de interesse público.</p> <p>(B) são os acordos firmados entre pessoas jurídicas políticas de mesmo nível de governo, com vistas ao fomento de atividades de interesse comum.</p> <p>(C) adquirirão personalidade jurídica de direito público ou de direito privado com a sua celebração.</p> <p>(D) independem, assim como os convênios, de autorização legislativa para serem celebrados.</p> <p>(E) não estão dispensados de participar de procedimento licitatório para as contratações feitas pela Administração direta ou indireta das entidades políticas consorciadas.</p>
<p>32. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o servidor público terá aposentadoria</p> <p>(A) compulsória, aos 60 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.</p> <p>(B) compulsória, aos 70 anos de idade, com proventos integrais, desde que cumpridos ao menos 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.</p> <p>(C) voluntária, aos 30 anos de serviço público, se homem, e aos 25 anos de serviço público, se mulher, com proventos integrais, desde que cumpridos ao menos 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.</p> <p>(D) voluntária, aos 60 anos de idade, se homem, e aos 55 anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, desde que cumpridos ao menos 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.</p> <p>(E) voluntária, aos 65 anos de idade, se homem, e 60 anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, desde que cumpridos ao menos 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.</p>	<p>35. Consoante a Lei nº 11.079/04, as parcerias público-privadas são firmadas pelo Poder Público e pela entidade privada interessada mediante</p> <p>(A) consórcio administrativo.</p> <p>(B) contrato de concessão.</p> <p>(C) convênio.</p> <p>(D) permissão de serviço público.</p> <p>(E) autorização de serviço público.</p>

<p>36. Em matéria de organização da Administração Pública, é correto afirmar que</p> <p>(A) descentralização administrativa consiste na transferência <i>interna corporis</i> da execução e da titularidade de serviços públicos aos diversos órgãos que compõem a Administração direta, fundada no poder hierárquico e na divisão de trabalho.</p> <p>(B) desconcentração administrativa consiste na transferência da prestação de serviços públicos a entidades dotadas de personalidade jurídica, distinta da Administração Pública central, constituindo o que a doutrina denomina de Administração indireta.</p> <p>(C) a descentralização administrativa concretiza-se mediante delegação, ao passo que a desconcentração se dá por meio da outorga de determinadas atribuições à entidade da administração indireta.</p> <p>(D) desconcentração administrativa ocorre quando há uma pluralidade de pessoas jurídicas públicas com competências políticas distintas, as quais encontram-se investidas no poder de fixar os altos interesses da coletividade, o que ocorre nos Estados Federais, compostos de Estados-Membros e, no Brasil, de Municípios e do Distrito Federal.</p> <p>(E) descentralização administrativa consiste na transferência da titularidade e da execução de serviços públicos a entidades dotadas de personalidade jurídica própria, distintas da Administração Pública direta, constituindo a denominada Administração indireta.</p>	<p>39. De acordo com a Lei federal nº 8.666/93,</p> <p>(A) o licitante vencedor do certame, quando do pronunciamento do resultado final de classificação das propostas, adquire o direito subjetivo de contratar com a Administração, sendo vedado ao Poder Público revogar o procedimento licitatório.</p> <p>(B) o pregão é modalidade de licitação que admite as formas presencial ou eletrônica e cuja adoção faz-se, por lei, obrigatória nas compras e contratações de serviços comuns pela União.</p> <p>(C) é dispensável a licitação nas contratações de obras e serviços de engenharia no valor de até R\$ 30 mil, feitas por consórcios públicos, empresas estatais e autarquias e fundações qualificadas como agências executivas.</p> <p>(D) as hipóteses de inexigibilidade nela enumeradas (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) são taxativas.</p> <p>(E) compete privativamente à União legislar sobre normas gerais e especiais de licitação aplicáveis à União, Estados, Distrito Federal e Municípios.</p>
<p>37. São entidades que integram a Administração Indireta brasileira:</p> <p>(A) a ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o Banco do Brasil e a FUNAI – Fundação Nacional do Índio.</p> <p>(B) o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a Secretaria da Receita Federal e a Empresa de Correios e Telégrafos.</p> <p>(C) a Petrobrás, a Casa Civil e a ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações.</p> <p>(D) as organizações sociais, a UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais e o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.</p> <p>(E) o SESC – Serviço Social do Comércio, o Ministério da Educação e o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.</p>	<p>40. Repercute na esfera administrativa, em favor do servidor público acusado, a sentença proferida pelo juízo criminal absolvendo-o em razão de</p> <p>(A) restar provada a inexistência do fato.</p> <p>(B) não constituir o fato infração penal.</p> <p>(C) não existir prova de ter o réu concorrido para a infração penal.</p> <p>(D) não existir prova suficiente para a condenação.</p> <p>(E) não haver prova da existência do fato.</p>
<p>38. São princípios constitucionais informativos do Direito Administrativo:</p> <p>(A) legalidade, publicidade e pessoalidade.</p> <p>(B) eficiência, legalidade e contraditório.</p> <p>(C) descontinuidade, igualdade e improbidade.</p> <p>(D) moralidade, disponibilidade e supremacia do interesse público.</p> <p>(E) arbitrariedade, publicidade e eficiência.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Direito Financeiro</b></p> <p>41. As dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender às obras de conservação e adaptação de bens imóveis, são classificadas como despesas</p> <p>(A) de transferência.</p> <p>(B) de capital.</p> <p>(C) de custeio.</p> <p>(D) extraordinárias.</p> <p>(E) derivadas.</p> <p>42. As taxas e os preços públicos são, respectivamente,</p> <p>(A) receitas originárias e meros ingressos (entradas).</p> <p>(B) meros ingressos (entradas) e receitas derivadas.</p> <p>(C) receitas privadas e receitas públicas.</p> <p>(D) receitas originárias e receitas derivadas.</p> <p>(E) receitas derivadas e receitas originárias.</p>

<p>43. Compete ao Senado Federal:</p> <p>I. Julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República.</p> <p>II. Dispor sobre limites globais e condições para operações de crédito externo e interno dos entes da Federação, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal.</p> <p>III. Estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) III.</p>	<p>46. A respeito dos precatórios judiciais, é correto afirmar que</p> <p>(A) integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites legais, quando não-pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.</p> <p>(B) é obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de decisões administrativas irrecorríveis, constantes em precatórios judiciais, apresentados até 1º de janeiro de cada ano.</p> <p>(C) o Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda poderá autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, a penhora dos bens necessários para a satisfação do débito.</p> <p>(D) as regras constitucionais acerca dos precatórios, à exceção dos créditos de natureza tributária, são aplicadas a todas as obrigações das Fazendas Públicas, decorrentes de sentença judiciária, não importando se o pagamento é de grande ou de pequeno valor.</p> <p>(E) é permitida a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução.</p>
<p>44. São princípios orçamentários, os princípios da</p> <p>(A) universalidade, unidade, anualidade, transparência e publicidade.</p> <p>(B) legalidade, impessoalidade, isonomia, publicidade e irretroatividade.</p> <p>(C) anterioridade, irretroatividade, legalidade, isonomia e imunidade.</p> <p>(D) legalidade, isonomia, procedimento formal, sigilo, vinculação ao edital e julgamento objetivo.</p> <p>(E) anualidade, anterioridade, transparência, isonomia, legalidade e irretroatividade.</p>	<p>47. A lei que contém as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento denomina-se</p> <p>(A) plano plurianual.</p> <p>(B) lei orçamentária anual.</p> <p>(C) lei de diretrizes orçamentárias.</p> <p>(D) orçamento fiscal.</p> <p>(E) orçamento de investimentos das empresas estatais.</p>
<p>45. Sobre os créditos adicionais, é correto afirmar:</p> <p>(A) O ato que abrir crédito adicional não precisa indicar a classificação da despesa e a importância correspondente.</p> <p>(B) A abertura dos créditos suplementares e especiais é autorizada por decreto executivo.</p> <p>(C) Os créditos suplementares são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.</p> <p>(D) Os créditos extraordinários são os destinados a reforço de dotação orçamentária.</p> <p>(E) Os créditos suplementares terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos.</p>	<p>48. É INCORRETO afirmar que a dívida fundada</p> <p>(A) deve ser paga pelo Estado-membro, sob pena de intervenção federal, caso a suspensão do pagamento for por dois anos consecutivos, sem motivo de força maior.</p> <p>(B) compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou financeiro de obras e serviços públicos.</p> <p>(C) ou consolidada compreende, também, as operações de crédito realizadas em prazo inferior a doze meses, cujas receitas tenham constado do orçamento.</p> <p>(D) é integrada também pelos títulos da dívida pública emitidos pelo Banco Central do Brasil a partir de 5 de maio de 2002.</p> <p>(E) ou consolidada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.</p>

<p>49. A despesa pública é processada na seguinte ordem:</p> <p>(A) ordem de pagamento, empenho, pagamento e liquidação.</p> <p>(B) empenho, liquidação, ordem de pagamento e pagamento.</p> <p>(C) liquidação, empenho, pagamento e ordem de pagamento.</p> <p>(D) ordem de pagamento, liquidação, pagamento e empenho.</p> <p>(E) pagamento, liquidação, empenho e ordem de pagamento.</p>	<p>53. Os templos de qualquer culto têm</p> <p>(A) imunidade em relação aos impostos sobre patrimônio, renda e serviços.</p> <p>(B) imunidade em relação a todos os tributos.</p> <p>(C) isenção em relação a todos os tributos.</p> <p>(D) imunidade somente em relação ao imposto sobre a renda.</p> <p>(E) isenção em relação a todos os impostos relacionados com as atividades religiosas.</p>
<p>50. Em relação à competência para legislar sobre matéria financeira, considere:</p> <p>I. A lei complementar disporá sobre o exercício financeiro, a vigência, o prazo, a elaboração e a organização das leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA).</p> <p>II. Planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamento são matérias que podem ser veiculadas por meio de medidas provisórias.</p> <p>III. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito financeiro.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>54. É caso de suspensão da exigibilidade do crédito tributário</p> <p>(A) a compensação.</p> <p>(B) a transação.</p> <p>(C) o depósito do seu montante integral.</p> <p>(D) a conversão do depósito em renda.</p> <p>(E) a isenção.</p> <p>55. A Constituição Federal atribui exclusivamente à União a competência para criar</p> <p>(A) contribuição social, contribuição de melhoria e impostos sobre serviços de qualquer natureza.</p> <p>(B) contribuição de melhoria, contribuição previdenciária e contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.</p> <p>(C) impostos, taxas e contribuição de melhoria.</p> <p>(D) contribuições de melhoria e parafiscais, empréstimo compulsório e taxas.</p> <p>(E) empréstimo compulsório, contribuição de intervenção no domínio econômico e contribuição de interesse das categorias profissionais ou econômicas.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Direito Tributário</b></p> <p>51. O Estado-membro tem competência tributária para instituir contribuição</p> <p>(A) de intervenção no domínio econômico.</p> <p>(B) a ser cobrada de seus servidores, para o custeio em benefício destes, do regime previdenciário próprio.</p> <p>(C) para o custeio do serviço de iluminação pública.</p> <p>(D) de interesse das categorias profissionais ou econômicas.</p> <p>(E) para o financiamento da assistência social.</p> <p>52. A repartição constitucional das receitas tributárias NÃO se refere ao imposto sobre</p> <p>(A) a renda.</p> <p>(B) produtos industrializados.</p> <p>(C) circulação de mercadorias e serviços.</p> <p>(D) importação.</p> <p>(E) propriedade de veículos automotores.</p>	<p style="text-align: center;"><b>CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Contabilidade Geral e Pública</b></p> <p>56. A extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja a razão, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou superior está ligado</p> <p>(A) ao reconhecimento de uma despesa.</p> <p>(B) a lançamentos de resultados de exercícios futuros.</p> <p>(C) ao registro de uma reserva de capital.</p> <p>(D) a contabilização de ajustes de exercícios anteriores.</p> <p>(E) a realização de uma receita.</p>

57. A empresa Creditícia S.A. concede empréstimo para sua controlada Financia S.A., por 60 dias, no valor de R\$ 1.200.000,00, para aquisição de imobilizado. A empresa Creditícia S.A. deve registrar, de acordo com as normas societárias, o empréstimo em

- (A) ativo circulante.
- (B) passivo circulante.
- (C) ativo realizável a longo prazo.
- (D) passível exigível a longo prazo.
- (E) ativo imobilizado.

58. Quando o resultado do exercício constituir-se em um prejuízo, este será obrigatoriamente absorvido obedecendo à seguinte ordem:

- (A) pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal.
- (B) pelas reservas de capital, pelas reservas de lucros e pelos lucros acumulados.
- (C) pelas reservas de lucros, pelos lucros acumulados e pelas reservas de reavaliações.
- (D) pelos lucros acumulados, pela reserva legal e pelas reservas de capital.
- (E) pelas reservas de capital, pelas reservas de reavaliações e pelos lucros acumulados.

59. No inventário permanente torna-se necessário a escolha de critérios de atribuição de valores para as saídas de estoques e, conseqüentemente, o valor dos estoques. Com relação à utilização desses critérios em mercado de preços crescentes, é INCORRETO afirmar que

- (A) a utilização do critério PEPS para a avaliação dos estoques resulta em valores de estoques finais mais próximos dos últimos preços unitários praticados pelo mercado.
- (B) os critérios PEPS e Média Ponderada são legalmente aplicáveis no Brasil, não havendo qualquer restrição legal para a utilização de nenhum deles.
- (C) o critério de avaliação de estoques UEPS, em relação à aplicação dos demais critérios, é o que resulta na apuração de menor resultado bruto operacional.
- (D) o critério de avaliação de estoques que resulta em custos de mercadorias menores e apuração de resultados menores é o da média ponderada.
- (E) o critério PEPS é o que apresenta maior distorção em relação aos preços praticados pelo mercado na identificação do custo das mercadorias vendidas, em economias com altas taxas de inflação.

60. Considere os valores a seguir.

Lucro líquido do exercício .....	R\$ 2.000.000,00
Reserva legal constituída no período .....	R\$ 100.000,00
Reversão de reservas para contingências .....	R\$ 150.000,00
Dividendo previsto no estatuto .....	30%

O valor do dividendo a ser distribuído é

- (A) R\$ 675.000,00
- (B) R\$ 645.000,00
- (C) R\$ 630.000,00
- (D) R\$ 570.000,00
- (E) R\$ 525.000,00

61. A Empresa de Transportes Terra S.A. comprou um novo ônibus que será colocado em atividade imediatamente.

**Dados:**

Data da compra .....	01.02.2005
Data da recepção na empresa .....	01.07.2005
Vida útil estimada .....	5 anos
Valor da compra .....	R\$ 120.000,00
Valor residual estimado .....	R\$ 30.000,00
Valor de venda estimado .....	R\$ 35.000,00

O valor da depreciação a ser lançada no resultado no primeiro ano é

- (A) R\$ 22.000,00
- (B) R\$ 16.500,00
- (C) R\$ 12.000,00
- (D) R\$ 9.000,00
- (E) R\$ 8.500,00

62. O limite estabelecido, em valor ou em números de ações, pelo qual o estatuto permite à sociedade anônima aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária é denominado de capital

- (A) autorizado.
- (B) a subscrever.
- (C) realizado.
- (D) integralizado.
- (E) próprio.

63. São classificadas no passivo as provisões para

- (A) contingências e para perdas permanentes.
- (B) riscos fiscais e para resgate de partes beneficiárias.
- (C) créditos de liquidação duvidosa e para contingências.
- (D) perdas permanentes e para riscos fiscais.
- (E) resgate de partes beneficiárias e para redução ao valor de mercado.

**Instruções:** Considere os dados, a seguir, para responder às questões de números 64 e 65.

Para a apuração do resultado da Cia. Comercial Caladinho foram extraídos os saldos finais das seguintes contas:

<b>Contas</b>	<b>saldos em 31.12.2006</b>
CMV – Custo de mercadorias vendidas.....	R\$ 1.250.000,00
Depreciações .....	R\$ 30.000,00
Despesas Comerciais.....	R\$ 260.000,00
Despesas de Pessoal.....	R\$ 340.000,00
Despesas Financeiras .....	R\$ 40.000,00
Perdas com Imobilizados.....	R\$ 20.000,00
Vendas .....	R\$ 2.000.000,00

O Departamento de Contabilidade da empresa informa ainda que:

- 40% das receitas registradas serão recebidas no próximo exercício.
- Excetuando os valores do CMV – Custo de mercadorias vendidas e das depreciações, as despesas operacionais continham 10% dos valores distribuídos em diversas provisões.

64. O resultado operacional apurado de acordo com o estabelecido pela Lei nº 6.404/76 é, em reais,

- (A) (70.000,00)
- (B) (60.000,00)
- (C) 80.000,00
- (D) 70.000,00
- (E) 60.000,00

65. O resultado final apurado de acordo com o regime de caixa é, em reais,

- (A) 646.000,00
- (B) 626.000,00
- (C) 50.000,00
- (D) (626.000,00)
- (E) (646.000,00)

66. A contabilização orçamentária no momento do empenho é fato que indica o regime

- (A) de caixa da receita.
- (B) de competência da despesa.
- (C) misto das entradas compensatórias.
- (D) de caixa da despesa.
- (E) de competência da receita.

**Instruções:** Para responder às questões de números 67 e 68, considere os seguintes números de execução orçamentária e financeira do ano de 2006:

Despesa empenhada em 2006.....	R\$ 12.000,00
Despesa liquidada em 2006 .....	R\$ 9.500,00
Despesa paga em 2006 .....	R\$ 8.000,00

67. Findo o exercício de 2006, o montante de Restos a Pagar Processados é, em reais,

- (A) 1.500,00
- (B) 3.500,00
- (C) 4.000,00
- (D) 8.000,00
- (E) 13.500,00

68. Findo o exercício de 2006, o montante de restos a pagar não-processados é, em reais,

- (A) 13.500,00
- (B) 9.500,00
- (C) 4.000,00
- (D) 3.500,00
- (E) 2.500,00

69. Os restos a pagar do exercício são computados na receita extra-orçamentária para

- (A) ajustar o balanço patrimonial.
- (B) compensar sua inclusão na ativo compensado.
- (C) equilibrar o resultado independentemente da execução orçamentária.
- (D) compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
- (E) evitar uma insubsistência passiva.

70. Considere os seguintes números:

Déficit financeiro de 2005.....	R\$ 12.000,00
Superávit de execução orçamentária de 2006.....	R\$ 700,00
Cancelamento de restos a pagar em 2006.....	R\$ 1.000,00

O resultado financeiro (patrimônio financeiro) apurado em 2006 é

- (A) déficit financeiro de R\$ 11.700,00
- (B) déficit financeiro de R\$ 11.000,00
- (C) déficit financeiro de R\$ 10.300,00
- (D) déficit financeiro de R\$ 1.700,00
- (E) superávit financeiro de R\$ 700,00

<b>Auditoria e Análise dos Demonstrativos Contábeis</b>	
<p>71. O auditor da Empresa Virtual S.A., ao terminar o processo de auditoria, solicita à administração da empresa que assine a carta de responsabilidade. Sua diretoria recusa-se a assinar. Nesse caso, o auditor deve</p> <p>(A) emitir parecer com negativa de opinião evidenciando o fato.</p> <p>(B) emitir parecer com ressalva ou com abstenção de opinião.</p> <p>(C) emitir parecer sem ressalva ou com ressalva de acordo com a relevância.</p> <p>(D) aguardar até que a administração aceite assinar a carta.</p> <p>(E) suspender os trabalhos e não emitir parecer.</p>	<p>74. A empresa Inovativa S.A. apresentou suas demonstrações contábeis em formato diferente do estabelecido pelas normas societárias e contábeis. Cabe ao auditor dessa empresa emitir parecer</p> <p>(A) sem ressalva ou com limitação de escopo.</p> <p>(B) adverso ou com abstenção de opinião.</p> <p>(C) com ressalva ou adverso.</p> <p>(D) com abstenção de opinião ou sem ressalva.</p> <p>(E) com ressalva ou com limitação de escopo.</p>
<p>72. O auditor está elaborando seu planejamento de auditoria para a empresa NovaData S.A, cliente novo da carteira. Em seu planejamento inclui:</p> <p>I. Ter conhecimento detalhado das práticas contábeis adotadas pela entidade e seu grau de confiabilidade.</p> <p>II. Identificar a existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas.</p> <p>III. A forma de utilização dos trabalhos de outros auditores independentes, especialistas e auditores internos.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) II, apenas.</p> <p>(C) I e II, apenas.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>	<p>75. O auditor ao utilizar métodos de amostragem estatística NÃO deve</p> <p>(A) estabelecer o nível de erro tolerável.</p> <p>(B) utilizar a seleção sistemática, aleatória ou casual.</p> <p>(C) avaliar o risco da amostragem.</p> <p>(D) padronizar o critério de seleção da amostra.</p> <p>(E) considerar a necessidade de estratificação da amostra.</p>
<p>73. Na auditoria dos investimentos classificados em longo prazo pela empresa auditada, o auditor não obteve evidências que suportem a contabilização. Nesse caso, o auditor pode</p> <p>(A) incluir item na carta de responsabilidade, fazendo com que a administração declare sua intenção de manutenção do investimento em longo prazo.</p> <p>(B) limitar o escopo de seu trabalho, não se manifestando sobre os investimentos da empresa.</p> <p>(C) determinar que o evento seja esclarecido em nota explicativa, demonstrando os efeitos gerados.</p> <p>(D) determinar a baixa do investimento, visto que não existe definição para sua realização.</p> <p>(E) registrar o investimento em curto prazo e exigir da empresa a retificação, atendendo a norma contábil.</p>	<p>76. O auditor ao aplicar o procedimento de inspeção nos investimentos em participações societárias da empresa Controle S.A. identifica que os dividendos recebidos de investimentos avaliados pelo método de custo histórico foram contabilizados como redutores do valor do investimento. Nessa situação, o auditor deve</p> <p>(A) reconhecer o lançamento, visto que toda empresa que possui participações societárias deve registrar os dividendos recebidos como redutores do investimento, para ter o valor do custo ajustado.</p> <p>(B) recomendar que o dividendo seja adicionado aos lucros acumulados para que seja distribuído aos sócios.</p> <p>(C) solicitar que o dividendo seja reclassificado para uma conta de receita de dividendos no resultado, por tratar-se de investimento não-relevante.</p> <p>(D) determinar que não somente estes dividendos, mas todos os dividendos recebidos sejam contabilizados desta forma.</p> <p>(E) estornar os dividendos da conta de investimentos e registrá-lo como dividendos a pagar no passivo, pois deverá ser distribuído diretamente ao acionista da empresa.</p>
<p>77. O auditor, ao avaliar as contingências tributárias, suporta sua opinião fundamentalmente nas respostas dos consultores jurídicos às circularizações efetuadas. É fator de limitação na extensão da auditoria, suficiente para impedir a emissão de um parecer sem ressalvas, a</p> <p>(A) falta de experiência da entidade em contingências semelhantes, que não permitem concluir ou opinar.</p> <p>(B) indefinição de valor e outras eventuais consequências da possível perda em relação às causas existentes.</p> <p>(C) inexistência de jurisprudência sobre o assunto para formação de opinião do consultor jurídico sobre a matéria discutida nos processos.</p> <p>(D) experiência de outras entidades não-aplicáveis à empresa, por serem situações específicas daquela atividade.</p> <p>(E) a justificativa do consultor jurídico de que a informação está sobre sigilo de justiça.</p>	<p>77. O auditor, ao avaliar as contingências tributárias, suporta sua opinião fundamentalmente nas respostas dos consultores jurídicos às circularizações efetuadas. É fator de limitação na extensão da auditoria, suficiente para impedir a emissão de um parecer sem ressalvas, a</p> <p>(A) falta de experiência da entidade em contingências semelhantes, que não permitem concluir ou opinar.</p> <p>(B) indefinição de valor e outras eventuais consequências da possível perda em relação às causas existentes.</p> <p>(C) inexistência de jurisprudência sobre o assunto para formação de opinião do consultor jurídico sobre a matéria discutida nos processos.</p> <p>(D) experiência de outras entidades não-aplicáveis à empresa, por serem situações específicas daquela atividade.</p> <p>(E) a justificativa do consultor jurídico de que a informação está sobre sigilo de justiça.</p>

**Instruções:** Considere os dados a seguir para responder às questões de números 78 e 79 referentes às demonstrações financeiras de uma empresa.

Retorno sobre Patrimônio líquido.....	0,20
Lucro líquido.....	R\$ 100.000,00
Margem líquida.....	0,15
Capital circulante líquido.....	R\$ 75.000,00
Ativo total .....	R\$ 2.500.000,00
Ativo não-circulante .....	R\$ 1.800.000,00

78. O valor do Patrimônio Líquido dessa empresa é

- (A) R\$ 1.075.000,00
- (B) R\$ 700.000,00
- (C) R\$ 625.000,00
- (D) R\$ 500.000,00
- (E) R\$ 475.000,00

79. O nível de dependência do capital de terceiros dessa empresa é

- (A) 1,02
- (B) 0,80
- (C) 0,72
- (D) 0,55
- (E) 0,28

80. Na análise dos dados contábeis de uma entidade governamental o resultado obtido na relação receita corrente/despesas corrente é 1,01. Esse resultado indica

- (A) uma reduzida capacidade de investimento.
- (B) um resultado orçamentário nulo.
- (C) um superávit patrimonial.
- (D) alta capacidade de investimentos.
- (E) excelente capacidade de endividamento.

**Legislação Especial**

81. Têm legitimidade para interpor recurso administrativo, nos termos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999:

- (A) os titulares de direitos e interesses que não forem parte no processo.
- (B) aqueles cujos direitos ou interesses não forem afetados pela decisão recorrida.
- (C) as associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos.
- (D) as organizações representativas, no tocante a direitos e interesses individuais.
- (E) os cidadãos quanto a direitos ou interesses individuais.

82. Considere as seguintes proposições, segundo a Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002:

- I. Pode atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria.
- II. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha participado ou venha a participar no procedimento como perito, testemunha ou representante.
- III. A lei considera amizade íntima e inimizade notória, entre o servidor e o particular interessado, motivos para se alegar suspeição do referido servidor.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

83. Em relação à delegação legalmente admitida nos procedimentos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal, considere:

- I. A edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos podem ser objetos de delegação.
- II. As matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade administrativos podem ser delegadas.
- III. O ato de delegação é irrevogável pela autoridade delegante.
- IV. As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) IV.
- (E) III e IV.

84. O montante de arrecadação do salário-educação, após as deduções devidas será distribuído, em quotas, para financiamento de programas, projetos e ações de ensino fundamental. Do montante dos recursos, a quota referente ao Estado e ao Município compreende

- (A) um terço.
- (B) dois terços.
- (C) um por cento.
- (D) dois e meio por cento.
- (E) três por cento.

<p>85. A União intervirá</p> <p>I. nos Estados para assegurar a observância do princípio constitucional da autonomia municipal.</p> <p>II. para assegurar a observância do princípio constitucional da aplicação do máximo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.</p> <p>III. nos Estados e no Distrito Federal para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>88. Considere as proposições abaixo, com base na Lei nº 9.784, de 29/01/1999.</p> <p>I. Órgão é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta, e entidade é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.</p> <p>II. Entidade é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta, e órgão é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.</p> <p>III. A Administração Pública obedecerá, ao princípio da interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, permitida aplicação retroativa de nova interpretação.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>86. Segundo a Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, constitui ato de improbidade administrativa, que causa, de forma direta, lesão ao erário público, o ato culposo ou dolo do agente público que</p> <p>(A) frustrar a licitude do concurso público.</p> <p>(B) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.</p> <p>(C) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições, por solicitação judicial.</p> <p>(D) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.</p> <p>(E) praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência.</p>	<p>89. Tratando-se de crime contra a licitação pública, a Lei nº 8.666/93 prevê que, recebida a denúncia e citado o réu, este poderá apresentar defesa escrita no prazo de</p> <p>(A) trinta dias, contado da sua citação.</p> <p>(B) quinze dias, contado da protocolização da denúncia.</p> <p>(C) três dias, contado da oitava da última testemunha.</p> <p>(D) cinco dias, contado do recebimento da denúncia pelo juiz competente.</p> <p>(E) dez dias, contado da data do seu interrogatório.</p>
<p>87. De acordo com a Lei nº 10.028, de 10 de outubro de 2000, constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas:</p> <p>(A) suprimir ou reduzir tributo, mediante omissão de informações ou declaração falsa às autoridades fazendárias.</p> <p>(B) deixar de divulgar ou enviar ao Poder Legislativo ou ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei.</p> <p>(C) elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.</p> <p>(D) deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento.</p> <p>(E) deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos.</p>	<p>90. Em relação aos crimes e penas previstos na Lei nº 8.666/93, a pena de multa consiste no pagamento de quantia fixada na sentença e calculada em índices percentuais, cuja base corresponderá ao valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível pelo agente. Levando-se em conta o valor do contrato licitado ou celebrado com dispensa ou inexigibilidade de licitação, esses índices percentuais não poderão ser inferiores a</p> <p>(A) 2%, nem superiores a 5% do valor do contrato.</p> <p>(B) 1%, nem superiores a 4% do valor do contrato.</p> <p>(C) 2,5%, nem superiores a 4,5% do valor do contrato.</p> <p>(D) 0,5%, nem superiores a 1,5% do valor do contrato.</p> <p>(E) 2%, nem superiores a 4% do valor do contrato.</p>

<b>Controle Externo</b>	
<p>91. O controle Externo, exercido com auxílio do Tribunal de Contas da União, está a cargo</p> <p>(A) da Câmara dos Deputados.                      (B) do Supremo Tribunal Federal.                      (C) da Controladoria Geral da União.                      (D) do Senado Federal.                      (E) do Congresso Nacional.</p>	<p>94. Conforme artigo 32 da Lei Complementar nº 33, de 28/06/1994, quanto à receita, NÃO compete ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais</p> <p>(A) fiscalizar os atos referentes à receita pública relativamente à legalidade, legitimidade e economicidade.                      (B) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse do Estado e dos Municípios.                      (C) inspecionar o serviço de revisão dos balancetes mensais das repartições arrecadadoras e quaisquer responsáveis, a fim de verificar se a arrecadação e a classificação da receita se conformam com as determinações legais.                      (D) emitir parecer prévio, se solicitado pelo Poder Legislativo, sobre empréstimo ou operação de crédito realizado pelo Estado ou pelo Município.                      (E) verificar a regularidade das cauções.</p>
<p>92. Dentre as competências do Tribunal de Contas da União, NÃO se inclui</p> <p>(A) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.                      (B) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.                      (C) administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada.                      (D) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.                      (E) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, ao Estado, ao Distrito Federal ou ao Município.</p>	<p>95. Conforme artigo 39 da Lei Orgânica do TCE-MG, os resultados gerais do exercício financeiro serão demonstrados, nos termos da lei, no</p> <p>(A) Demonstrativo das Variações Patrimoniais e seus desdobramentos.                      (B) Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração do Resultado Nominal.                      (C) Balanço Fiscal, no Balanço Patrimonial, no Demonstrativo das Variações Patrimoniais e seus desdobramentos.                      (D) Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, no Demonstrativo das Variações Patrimoniais e seus desdobramentos.                      (E) Balanço Consolidado e no Demonstrativo das Variações Patrimoniais e seus desdobramentos.</p>
<p>93. Considere as assertivas abaixo:</p> <p>I. Os Conselheiros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que possuam, entre outros requisitos, notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.                      II. As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa não terão eficácia de título executivo.                      III. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.                      IV. Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.                      (B) II.                      (C) III.                      (D) I e III.                      (E) II e IV.</p>	<p>96. Considere as assertivas abaixo, em relação à Lei Orgânica do TCE-MG.</p> <p>I. Somente os Poderes Legislativo e Executivo deverão manter, de forma integrada, sistema de controle interno.                      II. Uma das finalidades do sistema de controle interno é apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão constitucional.                      III. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas no prazo de 15 dias úteis, sob pena de responsabilidade solidária.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.                      (B) II, apenas.                      (C) I e II, apenas.                      (D) I, II e III.                      (E) II e III, apenas.</p>
<p>97. Conforme artigo 73 da Lei Complementar nº 33 de 28/06/94, em todos os processos referentes à fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial e, ainda, nos recursos, o Tribunal deliberará por</p> <p>(A) Provimento.                      (B) Instrução.                      (C) Acórdão.                      (D) Parecer.                      (E) Resolução.</p>	<p>97. Conforme artigo 73 da Lei Complementar nº 33 de 28/06/94, em todos os processos referentes à fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial e, ainda, nos recursos, o Tribunal deliberará por</p> <p>(A) Provimento.                      (B) Instrução.                      (C) Acórdão.                      (D) Parecer.                      (E) Resolução.</p>

98. NÃO constam no rol de aspectos a serem considerados no julgamento das contas dos gestores sujeitos a jurisdição do Tribunal de Contas

- (A) as nomeações para cargos em comissão.
- (B) as receitas arrecadadas em confronto com as previstas, segundo a Lei Orçamentária.
- (C) os movimentos de Restos a Pagar, Depósitos em Geral, Encargos Gerais, Reservas de Contingência e outras despesas extra-orçamentárias.
- (D) as mutações patrimoniais do exercício, ativas e passivas.
- (E) as demonstrações discriminativas das contas inscritas no balanço patrimonial.

99. Conforme Instrução Normativa nº 01/2002 do TCE-MG, constituem fatos determinantes para a instauração de Tomada de Contas Especial, no âmbito da Administração direta e indireta, estadual e municipal:

- I. Omissão no dever de prestar contas.
- II. Ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
- III. Apresentação de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Estado ou pelo Município mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere.
- IV. Ocorrência de déficit apurado no Balanço Orçamentário.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e III.
- (E) I e II.

100. Considere as seguintes ocorrências:

- I. Grave infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
- II. Falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário.
- III. Desfalque, peculato, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

As contas serão julgadas irregulares, conforme artigo 44 da Lei Orgânica do TCE-MG, se comprovada a ocorrência constante APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) II.
- (E) I.